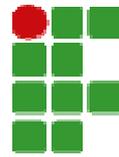




Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E SEUS DESAFIOS NO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-2020) DO PAÍS

Eixo Temático: **Sistemas de educação e políticas públicas**

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Julyana Dias Duarte¹
Paulo Henrique de Souza²

RESUMO

As políticas educacionais no Brasil sempre foram ditadas pelo Estado e os Governos que se sucederam. Atentando para isto, este estudo procurou a partir de uma perspectiva histórica e crítica, apontar os principais desafios enfrentado pela educação no período de redemocratização onde o projeto neoliberal atuou vigorosamente. Para tanto, recorreu a revisão da produção bibliográfica dos temas envolvidos, por meio da análise de legislações, textos normativos, livros e artigos. Paralelo a isso, desenvolveu análises qualitativas e quantitativas das intervenções legais que buscavam formatar a educação no país em seus aspectos educacionais (conteúdos e estratégias) e estruturais (organogramas e atribuições). As análises indicaram que mesmo após a abertura democrática, a incerteza por novos tempos e a iminência por mudanças continuavam em processos descompassados. Os rumos da educação foram trilhados nos modelos internacionais neoliberais, impactando no sistema educacional brasileiro com o prosseguimento de um alinhamento com organismos internacionais.

Palavras-chave: Educação. Neoliberal. Políticas Públicas. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

A análise de políticas públicas ou educacionais no Brasil enfrenta dificuldades inerentes às temáticas, devido a quantidade de informações disponíveis para pesquisa e inventário tanto nas questões pontuais como gerais, pois, as reformas educacionais ocorreram, via de regra, numa sucessão de medidas que visavam solucionar os problemas encontrados no sistema educacional sem conectar o anterior com o que estava sendo implementado.

Mainardes (2009, p. 6) discorrendo sobre as pesquisas dessa natureza, identifica no âmbito brasileiro dois grupos distintos: os estudos de natureza teórica que contemplam o papel do Estado, rede de influências e abordagens históricas das políticas educacionais brasileiras, assim como a análise e avaliação de programas e políticas educacionais específicas. Os dois tipos de pesquisas são relevantes para o aprofundamento do debate e ampliação do conhecimento sobre as políticas educacionais brasileiras.

¹Licenciada em Geografia e aluna do Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Alfenas.

²Docente e orientador no Programa de Mestrado da Universidade Federal de Alfenas.



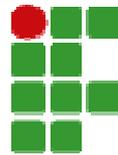
Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line

2

MATERIAL E MÉTODOS.



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

Atentando para isto, esse estudo revisita esse processo buscando compreender como as políticas educacionais brasileiras foram implementadas no processo de redemocratização do país até o presente momento (1985-2020), em uma perspectiva histórica, bem como crítica.

Para tanto, recorreu a análise de conteúdo, por se constituir num método qualitativo capaz de auxiliar na compreensão da redação e configuração das políticas educacionais, bem como dos temas envolvidos no estudo, por meio da análise de dados primários e secundários das legislações, textos normativos, livros e artigos, desenvolvendo análises qualitativas e quantitativas dessas intervenções legais que buscavam formatar a educação no país em seus aspectos educacionais (conteúdos e estratégias) e estruturais (organogramas e atribuições).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a resistência civil e as pressões pela abertura política, o regime militar sofreu um enfraquecimento num contexto de crise econômica que se estendeu pela década de 1980. A inconstância inflacionária, aliada à conflitos entre as facções militares, o movimento pela anistia, as manifestações estudantis e as greves operárias advindas do novo sindicalismo, alteraram o panorama político, possibilitando intervenções populares nas políticas públicas, dentre elas, a educação.

Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), com as eleições para governadores e a abertura para novas políticas educacionais, aumentaram as contradições do poder centralizador do governo federal. No entanto, a transição para a democracia foi complexa, tendo em vista três décadas de ditadura. Foi nas lutas pela democracia que os movimentos sociais e os grupos progressistas que buscavam direitos para o bem-estar social, ocuparam espaço e alcançaram destaque na sociedade, denunciando toda ação da classe dominante instalada no Estado. (CASIMIRO, 2018).

Com a constituinte de 1988 as políticas públicas educacionais adentram um novo momento, entrelaçando as reformas educacionais com as mudanças institucionais, acadêmicas e ideológicas, onde as políticas desenvolvidas buscam atender os interesses da sociedade livre da ditadura. Refletindo no processo, Akkari (2011, p. 253) vai definir as reformas educacionais como os “movimentos planetários, que se configuram de maneiras muito diferentes no âmbito dos sistemas educacionais nacionais.”

No entanto, a implantação da Constituição Federal de 1988, encontrou divergências com o modelo neoliberal já inserido no contexto brasileiro. Aliás, a década de 1990 vai ser caracterizada por sucessivas tentativas de interferência na reconfiguração do papel do Estado, pautadas nos interesses da doutrina neoliberal, sob o pretexto de deixá-lo mais eficiente. Foi no contexto da globalização que houve o favorecimento da ideologia neoliberal e todo seus ares de modernidade.

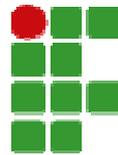
Nesse contexto político, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB, provocou a movimentação da sociedade, agregando a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Central Única dos Trabalhadores - CUT, em conjunto entidades da educação, como Associação Nacional de Educação - ANDE, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Centro de Educação e Sociedade - CEDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

Superior - ANDES, União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, entre outras. (LEDESMA, 2010)

No entanto, segundo Akkari (2001), três fatores alimentavam a fragmentação do sistema educativo brasileiro nesse período: a privatização neoliberal, a descentralização e o pacto das elites. Assim, as forças progressistas tiveram que atuar em defesa da Educação através da discussão da LDB e segundo Oliveira (2011) pela reestruturação geral que compreendeu a redefinição dos currículos por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, implantação de avaliações como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e Exame Nacional de Cursos – ENC. Na tentativa de valorização do profissional da educação e aumento da qualidade no ensino, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

CONCLUSÕES

As costuras oferecidas à primeira concretude de democratização da educação no país por meio da Constituição Federal promulgada em 1988 e das ações que se seguiram com o engajamento das forças progressistas, foram inúmeras, seja por meio de emendas constitucionais ou por leis específicas que foram elaboradas e reorganizadas conforme as trocas que houveram de governança. Entretanto, por ser uma democracia recente, foi marcada por descompassos e rupturas de políticas anteriores que geraram contradições e lentidão no avanço da concretude do planejamento ofertado, sobretudo em função do alinhamento com o panorama mundial e adesão à princípios neoliberais no campo social, político e econômico na década de 1990. E mesmo com o advento de uma agenda menos conservadora na década de 2000, o que se viu foi o sequenciamento de velhas políticas governamentais, privilegiando o setor privado e não solucionando problemas estruturais enfrentados há muito tempo, atestando que a redemocratização plena ainda precisa ser consolidada no Brasil.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011. 143 p.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018. 583 p.

LEDESMA, Maria Rita Kaminski. **Evolução histórica da educação brasileira: 1549-2010**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010. 130 p.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16 –, jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p.

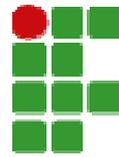


Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

323-

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

337, abr.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda -**Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 4. ed. 2007. 128 p.